

Paulo Pinto de Albuquerque  
José Branco  
(Org.)

**Comentário**  
das  
**Leis Penais Extravagantes**

Volume II

Universidade Católica Editora

# Índice da Obra

## VOLUME I

### TÍTULO I – PRINCÍPIOS GERAIS

#### **CAPÍTULO I – RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Lei n.º 11/2002, de 16 de Fevereiro**, sobre o incumprimento das sanções impostas por regulamentos comunitários (Artigos 2.º e 3.º)

*José Albuquerque e Carlos Casimiro*

#### **CAPÍTULO II – PROTECÇÃO DOS ESTRANGEIROS**

**Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho**, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (Artigos 181.º a 191.º)

*Albano Pinto*

#### **CAPÍTULO III – SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE DIREITOS**

**Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro**, que aprova o regime do estado de sítio e do estado de emergência (Artigo 7.º)

*José Albuquerque e Carlos Casimiro*

#### **CAPÍTULO IV – ACESSO AO DIREITO E TUTELA JURISDICIONAL**

**Decreto-Lei n.º 387-A/87, de 29 de Dezembro**, que aprova o regime do júri (Artigo 16.º)

*José Albuquerque e Carlos Casimiro*

**Lei n.º 83/95, de 31 de Agosto**, que consagra o direito de participação procedimental e de acção popular, com Declaração de Rectificação n.º 4/95, de 12 de Outubro (Artigo 19.º)

*Tolda Pinto*

**Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto**, que aprova a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (Artigo 68.º)

*Tolda Pinto*

**Lei n.º 93/99, de 14 de Julho**, que regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal, alterada pela Lei n.º 29/2008, de 4 de Julho (Artigo 9.º)

*Tolda Pinto*

**Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro**, que aprova o Código de Processo dos Tribunais Administrativos (Artigos 115.º, 127.º, 159.º e 167.º)

*Tolda Pinto*

**Lei n.º 49/2004, de 24 de Agosto**, que define o sentido e o alcance dos actos próprios dos advogados e dos solicitadores e tipifica o crime de procuradoria ilícita (Artigo 7.º)

*José Albuquerque e Carlos Casimiro*

**Lei n.º 15/2009, de 12 de Outubro**, que aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade (Artigo 146.º)

*Tolda Pinto*

## **TÍTULO II – DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS PESSOAIS**

### **CAPÍTULO I – DIREITO À IDENTIDADE CIVIL**

**Decreto-Lei n.º 131/95, de 6 de Junho**, que aprova o Código de Registo Civil, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.º 224 -A/96, de 26 de Novembro, 36/97, de 31 de Janeiro, 120/98, de 8 de Maio, 375 -A/99, de 20 de Setembro, 228/2001, de 20 de Agosto, 273/2001, de 13 de Outubro, 323/2001, de 17 de Dezembro, 113/2002, de 20 de Abril, 194/2003, de 23 de Agosto e 53/2004, de 18 de Março, pela Lei n.º 29/2007, de 2 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º 324/2007, de 28 de Setembro (Artigos 45.º, 173.º, n.º3, 252.º, n.º2, 296.º e 297.º)

*Dá Mesquita*

**Lei n.º 57/98, de 11 de Agosto**, sobre a organização e funcionamento da identificação criminal (Artigos 21.º e 22.º)

*Dá Mesquita*

**Lei n.º 33/99, de 18 de Maio**, que regula a identificação civil e a emissão do bilhete de identidade (Artigos 47.º e 48.º)

*Dá Mesquita*

**Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de Maio**, que aprova o regime legal da concessão de passaportes (Artigo 44.º e 47.º)

*Dá Mesquita*

**Lei n.º 7/2007, de 5 de Fevereiro**, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização (Artigos 50.º a 52.º)

*Dá Mesquita*

### **CAPÍTULO II – DIREITO À SEGURANÇA**

**Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto**, alterada pela Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, sobre o combate ao terrorismo, com as alterações introduzidas pela Rectificação n.º 16/2003, de 29 de Outubro, Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho (Artigos 1.º a 8.º)

*Conde Fernandes*

**Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro**, que regula o exercício ilícito da actividade de segurança privada, alterado pela Lei n.º 38/2008, de 8 de Agosto (Artigos 32.º-A e 32.º-B)

*Miguel Carmo*

**Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro**, que aprova o regime jurídico das armas e suas munições, alterada pela Lei n.º 17/2009, de 6 de Maio (Artigos 86.º a 89.º)

*Artur Vargues*

**Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho**, que aprova a Lei de Bases da Protecção Civil (Artigo 6.º e 11.º)

*Tolda Pinto*

**Lei n.º 42/2006, de 25 de Agosto**, que estabelece o regime especial de aquisição, detenção, uso e porte de armas de fogo e suas munições e acessórios destinadas a práticas desportivas e de colecionismo histórico-cultural (Artigo 34.º)

*Tolda Pinto*

**Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março**, que aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil (Artigo 5.º)

*Tolda Pinto*

**Lei n.º 104/2009, de 14 de Setembro**, sobre o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica (Artigo 17.º)

*Miguel Carmo*

**Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de Outubro**, que aprova o regime jurídico da criação, reprodução e detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos (Artigos 31.º a 37.º)

*Conde Fernandes*

### CAPÍTULO III – DIREITO DE DESLOCAÇÃO

**Decreto-Lei n.º 33.252, de 20 de Novembro de 1943**, que aprova o Código Penal e Disciplinar da Marinha Mercante, alterado pelos Decretos-Leis n.º 39.688, de 05.06.1954, 307/70, de 02 de Julho, 678/75, de 06 de Dezembro, 194/78, de 19 de Julho, e 39/85, de 11 de Fevereiro (Artigos 126.º a 171.º)

*Fernando Amaral*

**Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio**, que aprova o Código da Estrada, com alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.º 214/96, de 20 de Novembro, e 2/98, de 3 de Janeiro, Rect. N.º 1-A/98, de 31 de Janeiro, Decreto-Lei n.º 162/2001, de 22 de Maio, Rect. N.º 13-A/2001, de 24 de Maio, Decreto-Lei n.º 265-A/2001, de 28 de Setembro, Rect. N.º 19-B/2001, 29 de Setembro, Lei n.º 20/2002, de 21 de Agosto, Decretos-Leis n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, 113/2008, de 1 de Julho, 113/2009, de 18 de Maio, e 78/2009, de 13 de Agosto (Artigos 4.º, 138.º, 152.º, 153.º, 154.º, 155.º, 156.º, 157.º, e 160.º)

*Tolda Pinto*

**Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro**, sobre a condução de veículos sem habilitação legal (Artigo 3.º)

*Tolda Pinto*

**Decreto-Lei n.º 310/98, de 14 de Outubro**, que institui e regula o sistema de monitorização contínua de embarcações de pesca (Artigo 13.º)

*Miguel Carmo*

**Decreto-Lei n.º 318/99, de 11 de Agosto**, que estabelece os princípios reguladores da investigação de acidentes e incidentes com aeronaves civis e cria um gabinete responsável pela prevenção e investigação desses acidentes e incidentes, conforme previsto na Directiva n.º 94/56/CE, de 21 de Novembro (Artigo 14.º)

*Tolda Pinto*

**Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de Outubro**, sobre os actos ilícitos em aeronaves civis, com as alterações introduzidas pelo Decreto - Lei n.º 208/2004, de 19 de Agosto (Artigo 4.º)

*Miguel Carmo*

**Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de Janeiro**, sobre o regime aplicável às contra-ordenações aeronáuticas civis (Artigo 28.º)

*Tolda Pinto*

**Decreto-Lei n.º 238/2004, de 18 de Dezembro**, que estabelece o regime de utilização de aeronaves civis de voo livre e de ultraleves e os requisitos para a obtenção da licença de pilotagem das aeronaves ultraleves, alterado pelo Decreto-Lei n.º 238/2007, de 13 de Agosto (Artigo 44.º)

*Tolda Pinto*

**Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de Julho**, que aprova o regime jurídico aplicável aos transportes rodoviários de mercadorias, por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500 kg, alterado pelos Decretos-Leis n.º 137/2008, de 21 de Julho e 136/2009, de 5 de Junho (Artigo 31.º)

*Tolda Pinto*

#### **CAPÍTULO IV – DIREITO DE AUTODETERMINAÇÃO INFORMACIONAL**

**Decreto-Lei n.º 252/94, de 20 de Outubro**, que estabelece a protecção jurídica de programas de computadores (Artigos 1.º, 13.º e 14.º)

*José Branco*

**Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro**, que aprova a Lei da Protecção de Dados Pessoais (Artigos 43.º a 47.º)

*Pedro Verdelho*

**Decreto-Lei n.º 122/2000, de 4 de Julho**, que estabelece a protecção jurídica das bases de dados (Artigos 1.º, 4.º, 11.º e 19.º)

*José Branco*

**Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro**, que aprova a Lei das Comunicações Electrónicas, com a alteração do Decreto-Lei n.º 176/2007, de 8 de Maio (Artigo 104.º)

*Pedro Verdelho*

**Lei n.º 32/2008, de 17 de Julho**, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/24/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Março, relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações electrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações (Artigo 13.º)

*Pedro Verdelho*

**Lei n.º 34/2009 de 14 de Julho**, que estabelece o tratamento de dados referentes ao sistema judicial (Artigos 47.º a 52.º)

*Pedro Verdelho*

**Lei n.º 109/2009, de 15 de Setembro**, que aprova a Lei do Cibercrime (Artigos 3.º a 8.º)

*Pedro Verdelho*

#### **CAPÍTULO V – LIBERDADE DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro**, que aprova o estatuto do jornalista, alterada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro, com a rectificação n.º 114/2007, de 20 de Dezembro (Artigo 19.º)

*Helena Leitão e Pacheco Ferreira*

**Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro**, sobre a imprensa, alterada pela Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho (Artigos 30.º a 33.º e 39.º)

*Helena Leitão e Pacheco Ferreira*

**Lei n.º 10/2000, de 21 de Junho**, que aprova o regime jurídico da publicação ou difusão de sondagens e inquéritos de opinião (Artigos 17.º e 18.º)

*Tolda Pinto*

**Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro**, sobre a rádio, alterada pela Lei n.º 33/2003 de 22 de Agosto e pela Lei n.º 7/2006 de 3 de Março (Artigos 64.º a 67.º)

*Helena Leitão e Pacheco Ferreira*

**Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro**, que cria a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, extinguindo a Alta Autoridade para a Comunicação Social (Artigo 66.º)

*Helena Leitão e Pacheco Ferreira*

**Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho**, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 82/2007 de 21 de Setembro, que aprova a Lei da Televisão e regula o acesso à actividade de televisão e o seu exercício (Artigos 71.º a 74.º)

*Helena Leitão e Pacheco Ferreira*

**Lei n.º 99/2009, de 4 de Setembro**, que aprova o regime quadro das contra-ordenações do sector das comunicações (Artigos 11.º e 30.º)

*Tolda Pinto*

## **CAPÍTULO VI – LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA**

**Lei n.º 7/92, de 12 de Maio**, que aprova a Lei sobre Objecção de Consciência, alterada pela Lei n.º 138/99, de 28 de Agosto (Artigo 13.º)

*Tolda Pinto*

## **TÍTULO III – DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

### **CAPÍTULO I – ELEIÇÕES**

**Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de Maio**, que aprova a Lei eleitoral do Presidente da República, alterada pelos Decretos-Leis n.º 377-A/76, de 19 de Maio, n.º 445-A/76, de 4 de Junho, n.º 456-A/76, de 4 de Junho, n.º 472-A/76 e 472-B/76, de 15 de Junho, n.º 495-A/6, de 24 de Junho, pelas Leis n.º 45/80, de 4 de Dezembro, n.º 28/82, de 15 de Novembro, n.º 143/85, de 26 de Novembro, n.º 55/88, de 26 de Fevereiro, n.º 31/91, de 20 de Julho, n.º 72/93, de 30 de Novembro, n.º 11/95, de 22 de Abril, n.º 35/95, de 18 de Agosto, n.º 110/97, de 16 de Setembro, e pelas Leis Orgânicas n.º 3/2000, de 24 de Agosto, n.º 2/2001, de 25 de Agosto, e n.º 5/2005, de 8 de Setembro (Artigos 117.º a 122.º, 124.º a 156.º)

*Paulo Albuquerque*

**Lei n.º 14/79, de 16 de Maio**, que aprova a Lei eleitoral para a Assembleia da República (Declaração de Rectificação de 17 de Agosto de 1979 e de 10 de Outubro de 1979), e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro (Declaração de Rectificação de 3 de Novembro de 1982 e de 31 de Janeiro de 1983), Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro (Declaração de rectificação de 15 de Novembro de 1982), Lei n.º 14-A/85, de 10 de Julho, Decreto-Lei n.º 55/88, de 26 de Fevereiro, Lei n.º 5/89, de 17 de Março, Lei n.º 18/90, de 24 de Julho, Lei n.º 31/91, de 20 de Julho, Lei n.º 72/93, de 30 de Novembro, (Declaração de Rectificação n.º 13/93, de 31 de Dezembro e n.º 3/94, de 14 de Fevereiro), Lei n.º 10/95, de 7 de Abril, Lei n.º 35/95, de 18 de Agosto, Lei Orgânica n.º 1/99, de 22 de Junho e Lei Orgânica n.º 2/2001, de 25 de Agosto (Artigos 121.º a 131.º, 135.º a 168.º)

*Paulo Albuquerque*

**Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de Novembro**, que aprova a Lei eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, alterado pelas leis n.º 28/82, de 15 de Novembro, e 72/93, de 30 de Novembro, pela Lei Orgânica n.º 2/2000, de 14 de Julho, pela Declaração de rectificação n.º 9/2000, de 2 de Setembro, e pela Lei Orgânica n.º 5/2006, de 31 de Agosto, com republicação por esta última (Artigos 124.º a 133.º, 137.º a 159.º)

*Paulo Albuquerque*

**Lei n.º 14/87, de 29 de Abril**, que aprova a Lei Eleitoral do Parlamento Europeu, alterada pela Lei n.º 4/94, de 9 de Março (Artigo 14.º)

*Paulo Albuquerque*

**Lei n.º 130.-A/97, de 31 de Dezembro**, que regula o processo extraordinário de actualização das inscrições no recenseamento eleitoral através da criação de um ficheiro central informatizado (artigo 16.º)

*Paulo Albuquerque*

**Lei n.º 15-A/98, de 3 de Abril**, que aprova a Lei orgânica do regime do referendo, revista pela Lei Orgânica n.º 4/2005, de 3 de Abril (Artigos 189.º a 223.º)

*Paulo Albuquerque*

**Lei n.º 13/99, de 22 de Março**, que aprova a Lei do recenseamento eleitoral, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3/2002, de 8 de Janeiro, pelas Leis Orgânicas n.ºs 4/2005 e 5/2005, de 8 de Setembro, e pela Lei n.º 47/2008, de 27 de Agosto (Artigos 75.º a 94.º)

*Paulo Albuquerque*

**Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de Agosto**, que aprova o regime jurídico do referendo local (Artigos 167.º a 201.º)

*Paulo Albuquerque*

**Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto**, que aprova a Lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais (Artigos 161.º a 202.º)

*Paulo Albuquerque*

**Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho**, que regula o regime aplicável aos recursos financeiros dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro (Declaração de Rectificação n.º 4/2004, de 9 de Janeiro) e Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Artigo 28.º)

*Paulo Albuquerque*

**Lei Orgânica n.º 1/2006, de 13 de Fevereiro**, que aprova a Lei eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (Artigos 128.º a 137.º, 141.º a 164.º)

## **CAPÍTULO II – ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

**Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto**, que regula o exercício do direito de petição, alterada pelas Leis n.º 6/93, de 1 de Março, 15/2003, de 4 de Junho, e 45/2007, de 24 de Agosto, que procedeu à respectiva republicação (Artigo 23.º)

*Tolda Pinto*

**Lei n.º 9/91, de 9 de Abril**, que aprova o Estatuto do Provedor de Justiça (Artigos 29.º e 30.º)

*Tolda Pinto*

**Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro**, que define o estatuto e a competência dos governadores civis e aprova o regime dos órgãos e serviços que deles dependem (Artigo 7.º)

*Tolda Pinto*

**Lei n.º 5/93, de 1 de Março**, que aprova o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, alterada pela Leis n.º 126/97, de 10 de Dezembro e 15/2007, de 3 de Abril (Artigo 19.º)

*Tolda Pinto*

**Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro**, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, alterada pela Lei n.º 5-A/2005, de 11 de Janeiro (com republicação) (Artigo 84.º)

*Tolda Pinto*

### **CAPÍTULO III – RESPONSABILIDADE DE TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS**

**Lei n.º 34/87, de 16 de Julho**, que regula os crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos, com as alterações da Lei n.º 108/2001, de 28.11 (Artigos 7.º a 18.º e 20.º a 27.º)

*Carmo Dias*

## **TÍTULO IV – DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS DOS TRABALHADORES**

**Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro**, que aprova o Código do Trabalho (Artigos 12.º, 82.º, 83.º, 316.º, 324.º, 407.º, 459.º, 543.º a 547.º)

*Miguel Carmo*

## **VOLUME II**

### **TÍTULO V – DIREITOS E DEVERES ECONÓMICOS**

#### **CAPÍTULO I – CONSUMO E DIREITOS DOS CONSUMIDORES**

**Decreto-Lei n.º 213/2004, de 23 de Agosto**, que aprova o Regime das Infracções Vitivinícolas (Artigos 7.º a 9.º)

*Pedro Verdelho*

#### **CAPÍTULO II – ECONOMIA E DIREITO DE INICIATIVA PRIVADA, COOPERATIVA E AUTOGESTIONÁRIA**

**Decreto-Lei n.º 26.852, de 30 de Julho de 1936**, que aprova o Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, alterado pelos Decretos-Leis n.os 446/76, de 5 de Junho, 517/80, de 31 de Outubro, 272/92, de 3 de Dezembro, e 4/93, de 8 de Janeiro, e pela Lei n.º 30/2006, de 11 de Julho (Artigos 68.º e 71.º)

*Tolda Pinto*

**Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de Janeiro**, que aprova sobre as infracções contra a economia e contra a saúde pública (Artigos 22.º a 25.º, 28.º a 39.º e 41.º)

*Eliete Dias, Josefina Fernandes e Santos Ramos*

**Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro**, que aprova o Código das Sociedades Comerciais, republicado pelo Decreto-Lei n.º 76A/2006, de 29 de Março (Artigos 509.º a 523.º, 526.º e 527.º)

*Rui Batista*



**Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro**, que aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.ºs 246/95, de 14 de Setembro, 232/96, de 5 de Dezembro, 222/99, de 22 de Julho, 250/2000, de 13 de Outubro, 285/2001, de 3 de Novembro, 201/2002, de 26 de Setembro, 319/2002, de 28 de Dezembro, 252/2003, de 17 de Outubro, 145/2006, de 31 de Julho, 104/2007, de 3 de Abril, 357-A/2007, de 31 de Outubro, 1/2008, de 3 de Janeiro, 126/2008, de 21 de Julho, e 211-A/2008, de 3 de Novembro, e da Lei 28/2009, de 19 de Junho (Artigo 200.º)

*Pedro Verdelho*

**Decreto-Lei n.º 207/95, de 14 de Agosto**, que aprova o Código do Notariado (Artigos 83.º e 97.º)

*Tolda Pinto*

**Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de Maio**, que regula as condições de acesso e de exercício da actividade seguradora e resseguradora, alterada pela Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho (Artigo 202.º)

*Pedro Verdelho*

**Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto**, que aprova o regime de acesso à profissão de motorista de táxi, alterado pelo Decreto-Lei n.º 298/2003, de 21 de Novembro (Artigo 12.º)

*Tolda Pinto*

**Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro**, que aprova o Código de Valores Mobiliários, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 61/2002, de 20 de Março, 38/2003, de 8 de Março, 107/2003, de 4 de Junho, 183/2003, de 19 de Agosto, 66/2004, de 24 de Março, 52/2006, de 15 de Março, 219/2006, de 2 de Novembro, 357-A/2007, de 31 de Outubro, e 211/2008, de 3 de Novembro, e da Lei 28/2009, de 19 de Junho (Artigos 378.º, 379.º e 381.º)

*Pedro Verdelho*

**Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro**, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada (Artigo 13.º)

*Pedro Verdelho*

**Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro**, que estabelece o regime jurídico de ingresso e permanência na actividade da construção (Artigo 48.º)

*Tolda Pinto*

**Decreto-Lei n.º 211/2004, de 20 de Agosto**, que regula o exercício das actividades de mediação imobiliária e de angariação imobiliária (Artigos 49.º e 50.º)

*Tolda Pinto*

**Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro**, que aprova o Código dos Contratos Públicos (Artigo 464.º)

*Tolda Pinto*

**Lei n.º 20/2008, de 21 de Abril**, sobre a corrupção no comércio internacional e no sector privado (Artigo 7.º a 9.º)

*Carlos Almeida*

**Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março**, que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (Artigo 43.º)

*Tolda Pinto*

### CAPÍTULO III – DIREITO DE PROPRIEDADE PRIVADA

**Decreto n.º 29.833, de 17 de Agosto de 1939**, que regula o contrato de penhor constituído em garantia de créditos de estabelecimentos bancários autorizados (Artigo 1.º)

*Miguel Carmo*

**Decreto-Lei n.º 507/72, de 12 de Dezembro**, sobre a protecção dos cabos submarinos de telecomunicações (Artigos 1.º a 19.º)

*Miguel Carmo*

**Decreto-Lei n.º 54/75, de 12 de Fevereiro**, que remodela o actual sistema de registo da propriedade automóvel, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 242/82, de 22 de Junho, 461/82, de 26 de Novembro, 217/83, de 25 de Maio, 54/85, de 4 de Março, 403/88, de 9 de Novembro, 277/95, de 25 de Outubro, e 182/2002, de 20 de Agosto, 178-A/2005, de 28 de Outubro, e 20/2008, de 31 de Janeiro (Artigos 10.º, 11.º, 14.º, 16.º e 22.º)

*Tolda Pinto*

**Decreto-Lei n.º 391/79, de 20 de Setembro**, que aprova o regulamento das contrastarias, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 384/89, de 8 de Novembro, 57/98, de 16 de Março, 171/99, de 19 de Maio e 75/2004, de 27 de Março (Artigos 12.º e 13.º)

*Miguel Carmo*

**Decreto-Lei n.º 224/84, de 6 de Julho**, que aprova o código do registo predial, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 355/85, de 2 de Setembro, 60/90, de 14 de Fevereiro, 80/92, de 7 de Maio, 30/93, de 12 de Fevereiro, 255/93, de 15 de Julho, 227/94, de 8 de Setembro, 267/94, de 25 de Outubro, 67/96, de 31 de Maio, 375-A/99, de 20 de Setembro, 533/99, de 11 de Dezembro, 273/2001, de 13 de Outubro, 323/2001, de 17 de Dezembro e 38/2003, de 8 de Março, pela Lei 3/2006, de 27/02, e pelo Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de Julho, que República o Código (Artigo 153.º)

*Dá Mesquita*

**Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março**, que aprova o código do direito de autor e dos direitos conexos, alterado pelas Leis n.ºs 45/85, de 17 de Setembro e 114/91, de 3 de Setembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 332/97 e 334/97, ambos de 27 de Novembro, e pelas Leis n.ºs 50/2004, de 24 de Agosto, e 24/2006, de 30 de Junho, e 16/2008, de 1 de Abril, que República o código (Artigos 195.º a 202.º, 211.º-A, 212.º, 217.º a 220.º, 222.º, 224.º e 225.º)

*José Branco*

**Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro**, sobre a emissão de cheque sem provisão, alterado pelos Decretos-Lei n.º 316/97 e n.º 323/2001 e pela Lei n.º 48/2005 (Artigos 11.º e 12.º)

*Ana Brito*

**Decreto-Lei n.º 36/2003, de 5 de Março**, que aprova o código da propriedade industrial, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 318/2007, de 26 de Setembro, e 360/2007, de 2 de Novembro, e pela Lei n.º 16/2008, de 1 de Abril, e pelo Decreto-Lei n.º 143/2008, de 25 de Julho, que República o código (Artigos 320.º a 330.º, 335.º, 338.º-M, 338.º-N, 341.º e 342.º)

*Jorge Bravo*

## TÍTULO VI – DIREITOS E DEVERES SOCIAIS

### CAPÍTULO I – IMPOSTOS, SEGURANÇA SOCIAL E SOLIDARIEDADE

**Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de Dezembro**, sobre o jogo ilícito, com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação, de 30 de Dezembro 1989, Decreto-Lei n.º 10/95, de 19 de Janeiro, Lei n.º 28/2004, de 16 de Julho, Decreto-Lei n.º 40/2005, de 17 de Fevereiro, e Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Artigos 108.º a 117.º)

*Conde Fernandes*

**Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho**, sobre o regime geral das infracções tributárias (Artigos 7.º, 12.º a 22.º, 87.º a 107.º)

*Carlos Teixeira e Sofia Gaspar*

### CAPÍTULO II – SAÚDE

**Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro**, que prevê o regime de tráfico e consumo de estupefacientes, alterado pela Lei n.º 18/2009, de 11 de Maio (Artigos 21.º a 40.º, 44.º, 45.º, 48.º e 49.º)

*Pedro Patto*

**Decreto-Lei n.º 274/99, de 22 de Julho**, sobre a dissecação de cadáveres e extracção de peças, tecidos ou órgãos para fins de ensino e de investigação científica (Artigo 20.º)

*Ana Vitorino e Luísa Sobral*

**Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho**, que aprova a Lei da procriação medicamente assistida (Artigos 1.º, 2.º, 34.º a 43.º-A)

*Ana Vitorino e Luísa Sobral*

**Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto**, que estabelece o regime jurídico dos medicamentos de uso humano (Artigo 164.º)

*Tolda Pinto*

**Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de Abril**, que estabelece o regime jurídico da designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridades de saúde (Artigo 16.º)

*Tolda Pinto*

**Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de Junho**, que estabelece as regras a que devem obedecer a investigação, o fabrico, a comercialização, a entrada em serviço, a vigilância e a publicidade dos dispositivos médicos e respectivos acessórios e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2007/47/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Setembro (Artigo 56.º)

*Tolda Pinto*

### CAPÍTULO III – HABITAÇÃO E URBANISMO

**Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro**, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, alterado pelos Decretos-Leis n.º 53/2000, de 7 de Abril, n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, pela Lei n.º 56/2007, de 31 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.º 316/2007, de 19 de Setembro, e n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro (Artigos 105.º e 106.º)

*Tolda Pinto*

**Decreto n.º 555/99, de 16 de Dezembro**, que aprova o regime jurídico da urbanização e edificação, alterado pelas Leis n.ºs 13/2000, de 20 de Julho, e 30-A/2000, de 20 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, pelas Leis n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro, e n.º 4-A/2003, de 19 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de Agosto, pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, e pelos Decretos-Leis n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, n.º 116/2008, de 4 de Julho, e n.º 26/2010, de 30 de Março (este último, com republicação integral do diploma) (Artigo 100.º)

*Tolda Pinto*

**Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro**, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), rectificada pela declaração de Rectificação n.º 24/2006, de 17 de Abril (Artigos 22.º e 23.º)

*Tolda Pinto*

#### **CAPÍTULO IV – AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA**

**Lei n.º 90/88, de 13 de Agosto**, que estabelece a protecção do lobo ibérico (Artigo 7.º)

*Pedro Verdelho*

**Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro**, que aprova as bases gerais da caça, alterada pelo Decreto-Lei n.º 159/2008, de 8 de Agosto (Artigos 28.º a 33.º)

*José Albuquerque e Carlos Casimiro*

**Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro**, que aprova a Lei da Água, com Declaração de Rectificação n.º 11-A/2006 (Artigo 97.º)

*Tolda Pinto*

**Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto**, que aprova a Lei-quadro das contra-ordenações ambientais (Artigos 42.º e 47.º)

*Tolda Pinto*

**Lei n.º 7/2008, de 15 de Fevereiro**, sobre a pesca nas águas interiores (Artigo 30.º), conjugado com as Bases XVIII e XXII da Lei n.º 2097 de 6.6.59, e os Artigos 44º, 61º, 65º e 67º do Decreto n.º 44 623, de 10.10.62

*Palma Ramos*

#### **CAPÍTULO V – JUVENTUDE**

**Decreto-Lei n.º 254/76, de 7 de Abril**, que estabelece medidas relativas à publicação e comercialização de objectos e meios de comunicação social de conteúdo pornográfico (Artigo 6.º)

*Carmo Dias*

**Lei n.º 75/98, de 19 de Novembro**, sobre a garantia dos alimentos devidos a menores (Artigo 5.º)

*Miguel Carmo*

**Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro**, que aprova o regime de protecção de crianças e jovens em perigo (Artigo 90.º)

*Miguel Carmo*

**Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro**, que aprova a Lei Tutelar Educativa (Artigo 97.º)

*Miguel Carmo*

## TÍTULO VII – DIREITOS E DEVERES CULTURAIS

### CAPÍTULO I – FRUIÇÃO E CRIAÇÃO CULTURAL

**Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro**, sobre o património cultural (Artigos 100.º a 103.º)

*José Niza*

### CAPÍTULO II – DESPORTO

**Lei n.º 50/2007, de 31 de Agosto**, que estabelece um novo regime de responsabilidade penal por comportamentos susceptíveis de afectar a verdade, a lealdade e a correcção da competição e do seu resultado na actividade desportiva (Artigos 8.º a 13.º)

*Jorge Gonçalves*

**Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho**, que estabelece o regime jurídico da luta contra a dopagem no desporto, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 57/2009, de 4 de Agosto (Artigos 42.º a 47.º)

*Jorge Gonçalves*

**Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho**, que estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espectáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança (Artigos 27.º a 35.º e 37.º)

*Jorge Gonçalves*

## Índice de Autores

**Albano** Manuel Morais **Pinto**, *procurador da República coordenador de Leiria*

**Ana** Maria Barata **Brito**, *juíza desembargadora do Tribunal da Relação de Lisboa e docente do Centro de Estudos Judiciários*

**Ana** Paula Felga **Vitorino**, *procuradora da República no Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa*

António Augusto **Tolda** **Pinto**, *procurador da República coordenador distrital do Porto do Centro de Estudos Judiciários*

**Artur** Daniel Tarú **Vargues** da Conceição, *juiz desembargador do Tribunal da Relação do Porto e docente do Centro de Estudos Judiciários*

**Carlos** Adérito da Silva **Teixeira**, *procurador da República no Tribunal Judicial de Sintra*

**Carlos** Manuel Rodrigues de **Almeida**, *juiz desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa*

**Carlos** Alberto **Casimiro** Nunes, *procurador-adjunto no Tribunal Judicial de Setúbal*

**Eliete** de Fátima Carreira Fidalgo **Dias**, *procuradora da República nos Juízos Criminais de Lisboa*

**Fernando** Martins **Amaral**, *procurador da República coordenador distrital de Coimbra do Centro de Estudos Judiciários*

**Helena** Maria de Carvalho Martins **Leitão**, *procuradora da República e docente do Centro de Estudos Judiciários*

João Henriques dos **Santos** **Ramos**, *procurador-geral adjunto na Procuradoria-Geral-Distrital de Lisboa*

João António Silveira **Palma** **Ramos**, *procurador da República no Tribunal Judicial de Setúbal*

**Jorge** Manuel Almeida dos Reis **Bravo**, *procurador da República na Procuradoria-Geral-Distrital do Porto*

**Jorge** Manuel Baptista **Gonçalves**, *juiz desembargador do Tribunal da Relação de Coimbra*

**José** Paulo Ribeiro de **Albuquerque**, *procurador da República no Tribunal Judicial de Setúbal e coordenador do distrito judicial de Évora do Centro de Estudos Judiciários*

**José** António **Branco**, *procurador da República no Tribunal Central Administrativo de Lisboa*

**José António Ferreira Espada Niza**, *procurador da República e director-adjunto do Centro de Estudos Judiciários*

**Josefina Escolástica Morais Duarte Fernandes**, *procuradora da República coordenadora distrital de Lisboa do Centro de Estudos Judiciários*

**Luísa Isabel Vieira Verdasca Sobral**, *procuradora da República e chefe de gabinete do Secretário de Estado da Justiça*

Manuel Frederico Lourenço **Pacheco Ferreira**, *procurador-adjunto no Tribunal Judicial de Loures e docente do Centro de Estudos Judiciários*

Maria do **Carmo** Saraiva de Menezes da Silva **Dias**, *juíza desembargadora do Tribunal da Relação do Porto*

**Miguel** Ângelo Gomes Eugénio **Carmo**, *procurador-adjunto e docente do Centro de Estudos Judiciários*

**Paulo Sérgio Pinto de Albuquerque**, *professor associado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e professor adjunto da Faculdade de Direito da Universidade de Illinois*

Paulo Joaquim da Mota Osório **Dá Mesquita**, *procurador da República e consultor na Procuradoria-Geral da República*

**Pedro** Maria Godinho Vaz **Patto**, *juiz de direito, auxiliar no Tribunal da Relação de Évora*

**Pedro** Miguel Figueira **Verdelho**, *procurador da República e docente do Centro de Estudos Judiciários*

Plácido Mariano **Conde** de Sousa Rodrigues **Fernandes**, *procurador-adjunto e docente do Centro de Estudos Judiciários*

**Rui** Manuel de Jesus **Batista**, *procurador-adjunto e adjunto do secretário de Estado da Justiça*

**Sofia** Margarida Correia **Gaspar**, *procuradora-adjunta no Tribunal Judicial de Sintra*

## Índice Cronológico de Leis

Ano do Diploma	Área Temática	Crimes	Autor	Vol. Pág.
1936	LICENÇAS PARA INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS	Decreto-Lei n.º 26.852, de 30 de Julho de 1936, que aprova o Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, alterado pelos Decretos-Leis n.os 446/76, de 5 de Junho, 517/80, de 31 de Outubro, 272/92, de 3 de Dezembro, e 4/93, de 8 de Janeiro, e pela Lei n.º 30/2006, de 11 de Julho (Artigos 68.º e 71.º)	Tolda Pinto	II 51
1939	PENHOR MERCANTIL	Decreto n.º 29.833, de 17 de Agosto de 1939, que regula o contrato de penhor constituído em garantia de créditos de estabelecimentos bancários autorizados (Artigo 1.º)	Miguel Carmo	II 210
1943	MARINHA MERCANTE	Decreto-Lei n.º 33.252, de 20 de Novembro de 1943, que aprova o Código Penal e Disciplinar da Marinha Mercante, alterado pelos Decretos-Leis n.os 39.688, de 05.06.1954, 307/70, de 02 de Julho, 678/75, de 06 de Dezembro, 194/78, de 19 de Julho, e 39/85, de 11 de Fevereiro (Artigos 126.º a 171.º)	Fernando Amaral	I 321
1972	CABOS SUBMARINOS	Decreto-Lei n.º 507/72, de 12 de Dezembro, sobre a protecção dos cabos submarinos de telecomunicações (Artigos 1.º a 19.º)	Miguel Carmo	II 219
1975	REGISTO AUTOMÓVEL	Decreto-Lei n.º 54/75, de 12 de Fevereiro, que remodela o actual sistema de registo da propriedade automóvel, alterado pelos Decretos-Leis n.os 242/82, de 22 de Junho, 461/82, de 26 de Novembro, 217/83, de 25 de Maio, 54/85, de 4 de Março, 403/88, de 9 de Novembro, 277/95, de 25 de Outubro, e 182/2002, de 20 de Agosto, 178-A/2005, de 28 de Outubro, e 20/2008, de 31 de Janeiro (Artigos 10.º, 14.º, 16.º e 22.º)	Tolda Pinto	II 226



Ano do Diploma	Área Temática	Crimes	Autor	Vol. Pág.
1976	PORNOGRAFIA	Decreto-Lei n.º 254/76, de 7 de Abril, que estabelece medidas relativas à publicação e comercialização de objectos e meios de comunicação social de conteúdo pornográfico (Artigo 6.º)	Carmo Dias	II 660
1976	ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de Maio, que aprova a Lei eleitoral do Presidente da República, alterada pelos Decretos-Leis n.º 377-A/76, de 19 de Maio, n.º 445-A/76, de 4 de Junho, n.º 456-A/76, de 4 de Junho, n.º 472-A/76 e 472-B/76, de 15 de Junho, n.º 495-A/6, de 24 de Junho, pelas Leis n.º 45/80, de 4 de Dezembro, n.º 28/82, de 15 de Novembro, n.º 143/85, de 26 de Novembro, n.º 55/88, de 26 de Fevereiro, n.º 31/91, de 20 de Julho, n.º 72/93, de 30 de Novembro, n.º 11/95, de 22 de Abril, n.º 35/95, de 18 de Agosto, n.º 110/97, de 16 de Setembro, e pelas Leis Orgânicas n.º 3/2000, de 24 de Agosto, n.º 2/2001, de 25 de Agosto, e n.º 5/2005, de 8 de Setembro (Artigos 117.º a 122.º, 124.º a 156.º)	Paulo Albuquerque	I 586
1979	ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	Lei n.º 14/79, de 16 de Maio, que aprova a Lei eleitoral para a Assembleia da República (Declaração de Rectificação de 17 de Agosto de 1979 e de 10 de Outubro de 1979), e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro (Declaração de Rectificação de 3 de Novembro de 1982 e de 31 de Janeiro de 1983), Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro (Declaração de rectificação de 15 de Novembro de 1982), Lei n.º 14-A/85, de 10 Julho, Decreto-Lei n.º 55/88, de 26 Fevereiro, Lei n.º 5/89, de 17 Março, Lei n.º 18/90, de 24 Julho, Lei n.º 31/91, de 20 Julho, Lei n.º 72/93, de 30 Novembro, (Declaração de Rectificação n.º 13/93, de 31 de Dezembro e n.º 3/94, de 14 de Fevereiro), Lei n.º 10/95, de 7 Abril, Lei n.º 35/95, de 18 Agosto, Lei Orgânica n.º 1/99, de 22 Junho e Lei Orgânica n.º 2/2001, de 25 Agosto (Artigos 121.º a 131.º, 135.º a 168.º)	Paulo Albuquerque	I 586
1979	CONTRASTARIAS	Decreto-Lei n.º 391/79, de 20 de Setembro, que aprova o regulamento das contrastarias, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 384/89, de 8 de Novembro, 57/98, de 16 de Março, 171/99, de 19 de Maio e 75/2004, de 27 de Março (Artigos 12.º e 13.º)	Miguel Carmo	II 236

Ano do Diploma	Área Temática	Crimes	Autor	Vol. Pág.
1980	<b>ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA REGIONAL DOS AÇORES</b>	<b>Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de Novembro</b> , que aprova a Lei eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, alterado pelas Leis n.º 28/82, de 15 de Novembro, e 72/93, de 30 de Novembro, pela Lei Orgânica n.º 2/2000, de 14 de Julho, pela Declaração de rectificação n.º 9/2000, de 2 de Setembro, e pela Lei Orgânica n.º 5/2006, de 31 de Agosto, com republicação por esta última (Artigos 124.º a 133.º, 137.º a 159.º)	<b>Paulo Albuquerque</b>	I 583
1984	<b>INFRACÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS</b>	<b>Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de Janeiro</b> , que aprova o regime geral das infracções anti-económicas e contra a saúde pública (Artigos 22.º a 25.º, 28.º a 39.º e 41.º)	<b>Eliete Dias, Josefina Fernandes e Santos Ramos</b>	II 56
1984	<b>REGISTO PREDIAL</b>	<b>Decreto-Lei n.º 224/84, de 6 de Julho</b> , que aprova o código do registo predial, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 355/85, de 2 de Setembro, 60/90, de 14 de Fevereiro, 80/92, de 7 de Maio, 30/93, de 12 de Fevereiro, 255/93, de 15 de Julho, 227/94, de 8 de Setembro, 267/94, de 25 de Outubro, 67/96, de 31 de Maio, 375-A/99, de 20 de Setembro, 533/99, de 11 de Dezembro, 273/2001, de 13 de Outubro, 323/2001, de 17 de Dezembro e 38/2003, de 8 de Março, pela Lei n.º 3/2006, de 27/02, e pelo Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de Julho, que República o Código (Artigo 153.º)	<b>Dá Mesquita</b>	II 246
1985	<b>PROPRIEDADE INTELECTUAL</b>	<b>Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março</b> , que aprova o código do direito de autor e dos direitos conexos, alterado pelas Leis n.ºs 45/85, de 17 de Setembro e 114/91, de 3 de Setembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 332/97 e 334/97, ambos de 27 de Novembro, e pelas Leis n.ºs 50/2004, de 24 de Agosto, e 24/2006, de 30 de Junho, e 16/2008, de 1 de Abril, que República o código (Artigos 195.º a 202.º, 211-A, 212.º, 217.º a 220.º, 222.º, 224.º e 225.º)	<b>José Branco</b>	II 247
1986	<b>SOCIEDADES COMERCIAIS</b>	<b>Decreto-Lei n.º 262/86 de 2 de Setembro</b> , que aprova o Código das Sociedades Comerciais, republicado pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março (Artigos 509.º a 523.º, 526.º e 527.º)	<b>Rui Batista</b>	II 123
1986	<b>ESTADO DE SÍTIO E EMERGÊNCIA</b>	<b>Lei 44/86, de 30 de Setembro</b> , que aprova o regime do estado de sítio e do estado de emergência (Artigo 7.º)	<b>José Albuquerque e Carlos Casimiro</b>	I 143

Ano do Diploma	Área Temática	Crimes	Autor	Vol. Pág.
1987	CRIMES DE TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS	Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, que regula os crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos, com as alterações da Lei n.º 108/2001, de 28.11 (Artigos 7.º a 18.º e 20.º a 27.º)	Carmo Dias	I 709
1987	ELEIÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU	Lei n.º 14/87, de 29 de Abril, que aprova a Lei Eleitoral do Parlamento Europeu, alterada pela Lei n.º 4/94, de 9 de Março (Artigo 14.º)	Paulo Albuquerque	I 588
1987	TRIBUNAL DE JÚRI	Decreto-Lei n.º 387-A/87, de 29 de Dezembro, que aprova o regime do júri (Artigo 16.º)	José Albuquerque e Carlos Casimiro	I 147
1988	lobo ibérico	Lei n.º 90/88, de 13 de Agosto, que estabelece a protecção do lobo ibérico (Artigo 7.º)	Pedro Verdelho	II 630
1989	JOGO	Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de Dezembro, sobre jogo ilícito, com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação, de 30 de Dezembro 1989, Decreto-Lei n.º 10/95, de 19 de Janeiro, Lei n.º 28/2004, de 16 de Julho, Decreto-Lei n.º 40/2005, de 17 de Fevereiro, e Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Artigos 108.º a 117.º)	Conde Fernandes	II 349
1990	EXERCÍCIO DO DIREITO DE PETIÇÃO	Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, que regula o exercício do direito de petição, alterada pelas Leis n.º 6/93, de 1 de Março, 15/2003, de 4 de Junho, e 45/2007, de 24 de Agosto, que procedeu à respectiva republicação (Artigo 23.º)	Tolda Pinto	I 693
1991	PROVEDOR DE JUSTIÇA	Lei n.º 9/91, de 9 de Abril, que aprova o Estatuto do Provedor de Justiça (Artigos 29.º e 30.º)	Tolda Pinto	I 696
1991	CHEQUE	Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, sobre a emissão de cheque sem provisão, alterado pelos Decretos-Lei n.º 316/97 e n.º 323/2001 e pela Lei n.º 48/2005 (Artigos 11.º e 12.º)	Ana Brito	II 284
1992	OBJECÇÃO DE CONSCIÊNCIA	Lei n.º 7/92, de 12 de Maio, que aprova a Lei sobre Objecção de Consciência, alterada pela Lei n.º 138/99, de 28 de Agosto (Artigo 13.º)	Tolda Pinto	I 578
1992	GOVERNADORES CIVIS	Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, que define o estatuto e a competência dos governadores civis e aprova o regime dos órgãos e serviços que deles dependem (Artigo 7.º)	Tolda Pinto	I 701

Ano do Diploma	Área Temática	Crimes	Autor	Vol. Pág.
1992	<b>ACTIVIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E FINANCEIRAS</b>	<b>Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro</b> , que aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 246/95, de 14 de Setembro, 232/96, de 5 de Dezembro, 222/99, de 22 de Julho, 250/2000, de 13 de Outubro, 285/2001, de 3 de Novembro, 201/2002, de 26 de Setembro, 319/2002, de 28 de Dezembro, 252/2003, de 17 de Outubro, 145/2006, de 31 de Julho, 104/2007, de 3 de Abril, 357 -A/2007, de 31 de Outubro, 1/2008, de 3 de Janeiro, 126/2008, de 21 de Julho, e 211 -A/2008, de 3 de Novembro, e da Lei 28/2009, de 19 de Junho (Artigo 200.º)	<b>Pedro Verdelho</b>	II 154
1993	<b>ESTUPEFACIENTES</b>	<b>Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro</b> , alterada pela Lei n.º 18/2009, de 11 de Maio, sobre o tráfico e consumo de estupefacientes (Artigos 21.º a 40.º, 44.º, 45.º, 48.º e 49.º)	<b>Pedro Patto</b>	II 481
1993	<b>INQUÉRITOS PARLAMENTARES</b>	<b>Lei n.º 5/93, de 1 de Março</b> , que aprova o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, alterada pelas Leis n.ºs 126/97, de 10 de Dezembro e 15/2007, de 3 de Abril (Artigo 19.º)	<b>Tolda Pinto</b>	I 704
1994	<b>CÓDIGO DA ESTRADA</b>	<b>Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio</b> , que aprova o Código da Estrada, com alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 214/96, de 20 de Novembro, e 2/98, de 3 de Janeiro, Rect. N.º 1-A/98, de 31 de Janeiro, Decreto-Lei n.º 162/2001, de 22 de Maio, Rect. N.º 13-A/2001, de 24 de Maio, Decreto-Lei n.º 265-A/2001, de 28 de Setembro, Rect. N.º 19-B/2001, 29 de Setembro, Lei n.º 20/2002, de 21 de Agosto, Decretos-Leis n.ºs 44/2005, de 23 de Fevereiro, 113/2008, de 1 de Julho, 113/2009, de 18 de Maio, e 78/2009, de 13 de Agosto. (Artigos 4.º, 138.º, 152.º, 153.º, 154.º, 155.º, 156.º, 157.º, e 160.º)	<b>Tolda Pinto</b>	I 384
1994	<b>PROGRAMAS DE COMPUTADORES</b>	<b>Decreto-Lei n.º 252/94, de 20 de Outubro</b> , que estabelece a protecção jurídica de programas de computadores (Artigos 1.º, 13.º e 14.º)	<b>José Branco</b>	I 434

Ano do Diploma	Área Temática	Crimes	Autor	Vol. Pág.
1995	REGISTO CIVIL	Decreto-Lei n.º 131/95, de 6 de Junho, que aprova o Código de Registo Civil, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 224 -A/96, de 26 de Novembro, 36/97, de 31 de Janeiro, 120/98, de 8 de Maio, 375 -A/99, de 20 de Setembro, 228/2001, de 20 de Agosto, 273/2001, de 13 de Outubro, 323/2001, de 17 de Dezembro, 113/2002, de 20 de Abril, 194/2003, de 23 de Agosto, e 53/2004, de 18 de Março, pela Lei n.º 29/2007, de 2 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º 324/2007, de 28 de Setembro (Artigos 45.º, 173.º, n.º 3 e 252.º, n.º 2, 296.º e 297.º)	Dá Mesquita	I 173
1995	NOTARIADO	Decreto-Lei n.º 207/95, de 14 de Agosto, que aprova o Código do Notariado (Artigos 83.º e 97.º)	Tolda Pinto	II 157
1995	DIREITO DE ACÇÃO POPULAR	Lei n.º 83/95, de 31 de Agosto, que consagra o direito de participação procedimental e de acção popular, com Declaração de Rectificação n.º 4/95, de 12 de Outubro (Artigo 19.º)	Tolda Pinto	I 150
1997	TRIBUNAL DE CONTAS	Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, que aprova a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (Artigo 68.º)	Tolda Pinto	I 152
1997	RECENSEAMENTO ELEITORAL	Lei n.º 130-A/97 de 31 de Dezembro	Paulo Albuquerque	I 588
1998	CÓDIGO DA ESTRADA	Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, sobre a condução de veículos sem habilitação legal (Artigo 3.º)	Tolda Pinto	I 409
1998	REFERENDO	Lei n.º 15-A/98, de 3 de Abril, que aprova a Lei orgânica do regime do referendo, revista pela Lei Orgânica n.º 4/2005, de 3 de Abril (Artigos 189.º a 223.º)	Paulo Albuquerque	I 589
1998	SEGUROS	Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de Maio, que regula as condições de acesso e de exercício da actividade seguradora e resseguradora, alterada pela Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho (Artigo 202.º)	Pedro Verdelho	II 162
1998	IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	Lei n.º 57/98, de 11 de Agosto, sobre a organização e funcionamento da identificação criminal (Artigos 21.º e 22.º)	Dá Mesquita	I 183
1998	MOTORISTAS DE TÁXI	Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto, que aprova o regime de acesso à profissão de motorista de táxi, alterado pelo Decreto-Lei n.º 298/2003, de 21 de Novembro (Artigo 12.º)	Tolda Pinto	II 165

Ano do Diploma	Área Temática	Crimes	Autor	Vol. Pág.
1998	EMBARCAÇÕES DE PESCA	Decreto-Lei n.º 310/98, de 14 de Outubro, que institui e regula o sistema de monitorização contínua de embarcações de pesca (Artigo 13.º)	Miguel Carmo	I 415
1998	PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, que aprova a Lei da Protecção de Dados Pessoais (Artigos 43.º a 47.º)	Pedro Verdelho	I 438
1998	ALIMENTOS DEVIDOS A MENORES	Lei n.º 75/98, de 19 de Novembro, sobre a garantia dos alimentos devidos a menores (Artigo 5.º)	Miguel Carmo	II 667
1999	JORNALISTAS	Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, que aprova o estatuto do jornalista, alterada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro, com a rectificação n.º 114/2007, de 20 de Dezembro (Artigo 19.º)	Helena Leitão e Pacheco Ferreira	I 524
1999	IMPrensa	Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro, sobre a imprensa, alterada pela Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho (Artigos 30.º a 33.º e 39.º)	Helena Leitão e Pacheco Ferreira	I 527
1999	RECENSEAMENTO ELEITORAL	Lei n.º 13/99, de 22 de Março, que aprova a Lei do recenseamento eleitoral, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3/2002, de 8 de Janeiro, pelas Leis Orgânicas n.º 4/2005 e 5/2005, de 8 de Setembro, e pela Lei n.º 47/2008, de 27 de Agosto (Artigos 75.º a 94.º)	Paulo Albuquerque	I 588
1999	IDENTIFICAÇÃO CIVIL	Lei n.º 33/99, de 18 de Maio, que regula a identificação civil e a emissão do bilhete de identidade (Artigos 47.º e 48.º)	Dá Mesquita	I 186
1999	PROTECÇÃO DE TESTEMUNHAS	Lei n.º 93/99, de 14 de Julho, que regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal, alterada pela Lei n.º 29/2008, de 4 de Julho (Artigo 9.º)	Tolda Pinto	I 155
1999	DISSECAÇÃO DE CADÁVERES E EXTRACÇÃO DE ÓRGÃOS	Decreto-Lei n.º 274/99, de 22 de Julho, sobre a dissecação de cadáveres e extracção de peças, tecidos ou órgãos para fins de ensino e de investigação científica (Artigo 20.º)	Ana Vitorino e Luísa Sobral	II 556
1999	ACIDENTES E INCIDENTES COM AERONAVES CIVIS	Decreto-Lei n.º 318/99, de 11 de Agosto, que estabelece os princípios reguladores da investigação de acidentes e incidentes com aeronaves civis e cria um gabinete responsável pela prevenção e investigação desses acidentes e incidentes, conforme previsto na Directiva n.º 94/56/CE, de 21 de Novembro (Artigo 14.º)	Tolda Pinto	I 419

Ano do Diploma	Área Temática	Crimes	Autor	Vol. Pág.
1999	MENORES	Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, que aprova o regime de protecção de crianças e jovens em perigo (Artigo 90.º)	Miguel Carmo	II 671
1999	MENORES	Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro, que aprova a Lei Tutelar Educativa (Artigo 97.º)	Miguel Carmo	II 677
1999	ÓRGÃOS DOS MUNICÍPIOS E DAS FREGUESIAS	Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, alterada pela Lei n.º 5-A/2005, de 11 de Janeiro (com republicação) (Artigo 84.º)	Tolda Pinto	I 706
1999	CAÇA	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro, que aprova as bases gerais da caça, alterada pelo Decreto-Lei n.º 159/2008, de 8 de Agosto (Artigos 28.º a 33.º)	José Albuquerque e Carlos Casimiro	II 633
1999	GESTÃO TERRITORIAL	Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 53/2000, de 7 de Abril, 310/2003, de 10 de Dezembro, pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, pela Lei n.º 56/2007, de 31 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 316/2007, de 19 de Setembro e 46/2009, de 20 de Fevereiro (Artigos 105.º e 106.º)	Tolda Pinto	II 617
1999	VALORES MOBILIÁRIOS	Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro, que aprova o Código de Valores Mobiliários, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 61/2002, de 20 de Março, 38/2003, de 8 de Março, 107/2003, de 4 de Junho, 183/2003, de 19 de Agosto, 66/2004, de 24 de Março, 52/2006, de 15 de Março, 219/2006, de 2 de Novembro, 357-A/2007, de 31 de Outubro, e 211/2008, de 3 de Novembro, e da Lei 28/2009, de 19 de Junho (Artigos 378.º, 379.º e 381.º)	Pedro Verdelho	II 168
1999	URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO	Decreto n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que aprova o regime jurídico da urbanização e edificação, alterado pelas Leis n.ºs 13/2000, de 20 de Julho, e 30-A/2000, de 20 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, pelas Leis n.ºs 15/2002, de 22 de Fevereiro, e 4-A/2003, de 19 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de Agosto, pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, e pelos Decretos-Leis n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, 116/2008, de 4 de Julho e 26/2010, de 30 de Março (este último, com republicação integral do diploma) (Artigo 100.º)	Tolda Pinto	II 621

Ano do Diploma	Área Temática	Crimes	Autor	Vol. Pág.
2000	PASSAPORTES	Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de Maio, que aprova o regime legal da concessão de passaportes (Artigos 44.º e 47.º)	Dá Mesquita	I 189
2000	SONDAGENS E INQUÉRITOS DE OPINIÃO	Lei n.º 10/2000, de 21 de Junho, que aprova o regime jurídico da publicação ou difusão de sondagens e inquéritos de opinião (Artigos 17.º e 18.º)	Tolda Pinto	I 542
2000	BASES DE DADOS	Decreto-Lei n.º 122/2000, de 4 de Julho, que estabelece a protecção jurídica das bases de dados (Artigos 1.º, 4.º, 11.º e 19.º)	José Branco	I 459
2000	REFERENDO LOCAL	Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de Agosto, que aprova o regime jurídico do referendo local (Artigos 167.º a 201.º)	Paulo Albuquerque	I 589
2001	RÁDIO	Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro, sobre a rádio, alterada pela Lei n.º 33/2003 de 22 de Agosto e pela Lei n.º 7/2006 de 3 de Março (Artigos 64.º a 67.º)	Helena Leitão e Pacheco Ferreira	I 545
2001	CRIMES TRIBUTÁRIOS	Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, sobre o regime geral das infracções tributárias (Artigos 7.º, 12.º a 22.º, 87.º a 107.º)	Carlos Teixeira e Sofia Gaspar	II 388
2001	ELEIÇÃO DOS TITULARES DAS AUTARQUIAS LOCAIS	Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto, que aprova a Lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais (Artigos 161.º a 202.º)	Paulo Albuquerque	I 587
2001	PATRIMÓNIO CULTURAL	Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, sobre o património cultural (Artigos 100.º a 103.º)	José Niza	II 685
2002	COMBATE À CRIMINALIDADE ORGANIZADA	Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada (Artigo 13.º)	Pedro Verdelho	II 182
2002	REGULAMENTOS COMUNITÁRIOS	Lei n.º 11/2002, de 16 de Fevereiro, sobre o incumprimento das sanções impostas por regulamentos comunitários (Artigos 2.º e 3.º)	José Albuquerque e Carlos Casimiro	I 41
2002	PROCESSO NOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS	Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro, que aprova o Código de Processo dos Tribunais Administrativos (Artigos 115.º, 127.º, 159.º e 167.º)	Tolda Pinto	I 157
2003	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	Decreto-Lei n.º 36/2003, de 5 de Março, que aprova o código da propriedade industrial, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 318/2007, de 26 de Setembro, e 360/2007, de 2 de Novembro, e pela Lei n.º 16/2008, de 1 de Abril, e pelo Decreto-Lei n.º 143/2008, de 25 de Julho, que República o código (Artigos 320.º a 330.º, 335.º, 338.º-M, 338.º-N, 341.º e 342.º)	Jorge Bravo	II 307



Ano do Diploma	Área Temática	Crimes	Autor	Vol. Pág.
2003	<b>FINANCIAMENTO DOS PARTIDOS</b>	<b>Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho</b> , que regula o regime aplicável aos recursos financeiros dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro (Declaração de Rectificação n.º 4/2004, de 9 de Janeiro) e Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Artigo 28.º)	<b>Paulo Albuquerque</b>	I 688
2003	<b>TERRORISMO</b>	<b>Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto</b> , alterada pela Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, sobre o combate ao terrorismo, com as alterações introduzidas pela Rectificação n.º 16/2003, de 29 de Outubro, Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho (Artigos 1.º a 8.º)	<b>Conde Fernandes</b>	I 193
2003	<b>NAVEGAÇÃO AÉREA</b>	<b>Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de Outubro</b> , sobre os actos ilícitos em aeronaves civis, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 de Agosto (Artigo 4.º)	<b>Miguel Carmo</b>	I 422
2004	<b>AERONÁUTICA CIVIL</b>	<b>Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de Janeiro</b> , sobre o regime aplicável às contra-ordenações aeronáuticas civis (Artigo 28.º)	<b>Tolda Pinto</b>	I 426
2004	<b>CONSTRUÇÃO</b>	<b>Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro</b> , que estabelece o regime jurídico de ingresso e permanência na actividade da construção (Artigo 48.º)	<b>Tolda Pinto</b>	II 185
2004	<b>COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS</b>	<b>Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro</b> , que aprova a Lei das Comunicações Electrónicas, com a alteração do Decreto-Lei n.º 176/2007, de 8 de Maio (Artigo 104.º)	<b>Pedro Verdelho</b>	I 465
2004	<b>SEGURANÇA PRIVADA</b>	<b>Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro</b> , que regula o exercício ilícito da actividade de segurança privada, alterado pela Lei n.º 38/2008, de 8 de Agosto (Artigos 32.ºA e 32.ºB)	<b>Miguel Carmo</b>	I 233
2004	<b>MEDIAÇÃO E ANGARIAÇÃO IMOBILIÁRIAS</b>	<b>Decreto-Lei n.º 211/2004, de 20 de Agosto</b> , que regula o exercício das actividades de mediação imobiliária e de angariação imobiliária (Artigos 49.º e 50.º)	<b>Tolda Pinto</b>	II 188
2004	<b>INFRAÇÕES VITIVINÍCOLAS</b>	<b>Decreto-Lei n.º 213/2004, de 23 de Agosto</b> , que aprova o Regime das Infrações Vitivinícolas (Artigos 7.º a 9.º)	<b>Pedro Verdelho</b>	II 39
2004	<b>PROCURADORIA ILÍCITA</b>	<b>Lei n.º 49/2004 de 24 de Agosto</b> , que define o sentido e o alcance dos actos próprios dos advogados e dos solicitadores e tipifica o crime de procuradoria ilícita (Artigo 7.º)	<b>José Albuquerque e Carlos Casimiro</b>	I 161

Ano do Diploma	Área Temática	Crimes	Autor	Vol. Pág.
2004	AERONAVES CIVIS	Decreto-Lei n.º 238/2004, de 18 de Dezembro, que estabelece o regime de utilização de aeronaves civis de voo livre e de ultraleves e os requisitos para a obtenção da licença de pilotagem das aeronaves ultraleves, alterado pelo Decreto-Lei n.º 238/2007, de 13 de Agosto (Artigo 44.º)	Tolda Pinto	I 428
2005	ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL	Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, que cria a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, extinguindo a Alta Autoridade para a Comunicação Social (Artigo 66.º)	Helena Leitão e Pacheco Ferreira	I 556
2005	ÁGUA	Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, que aprova a Lei da Água, com Declaração de Rectificação n.º 11-A/2006 (Artigo 97.º)	Tolda Pinto	II 646
2006	ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA REGIONAL DA MADEIRA	Lei Orgânica n.º 1/2006, de 13 de Fevereiro, que aprova a Lei eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (Artigos 128.º a 137.º, 141.º a 164.º)	Paulo Albuquerque	I 587
2006	ARMAS	Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, que aprova o regime jurídico das armas e suas munições, alterada pela Lei n.º 17/2009, de 6 de Maio (Artigos 86.º a 89.º)	Artur Vargues	I 238
2006	ARRENDAMENTO URBANO	Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), rectificada pela declaração de Rectificação n.º 24/2006, de 17 de Abril (Artigos 22.º e 23.º)	Tolda Pinto	II 627
2006	PROTECÇÃO CIVIL	Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, que aprova a Lei de Bases da Protecção Civil (Artigos 6.º e 11.º)	Tolda Pinto	I 255
2006	PROCREAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA	Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho, que aprova a Lei da procriação medicamente assistida (Artigos 1.º, 2.º, 34.º a 43.º-A)	Ana Vitorino e Luísa Sobral	II 562
2006	ARMAS	Lei n.º 42/2006, de 25 de Agosto, que estabelece o regime especial de aquisição, detenção, uso e porte de armas de fogo e suas munições e acessórios destinadas a práticas desportivas e de colecionismo histórico-cultural (Artigo 34.º)	Tolda Pinto	I 262
2006	AMBIENTE	Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, que aprova a lei-quadro das contra-ordenações ambientais (Artigos 42.º e 47.º)	Tolda Pinto	II 649
2006	MEDICAMENTOS	Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto, que estabelece o regime jurídico dos medicamentos de uso humano (Artigo 164.º)	Tolda Pinto	II 607

Ano do Diploma	Área Temática	Crimes	Autor	Vol. Pág.
2007	CARTÃO DO CIDADÃO	Lei n.º 7/2007, de 5 de Fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização (Artigos 50.º a 52.º)	Dá Mesquita	I 191
2007	AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL	Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, que aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil (Artigo 5.º)	Tolda Pinto	I 264
2007	ESTRANGEIROS	Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (Artigos 181.º a 191.º)	Albano Pinto	I 48
2007	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS	Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de Julho, que aprova o regime jurídico aplicável aos transportes rodoviários de mercadorias, por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500 kg, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 137/2008, de 21 de Julho e 136/2009, de 5 de Junho (Artigo 31.º)	Tolda Pinto	I 431
2007	TELEVISÃO	Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 82/2007 de 21 de Setembro, que aprova a Lei da Televisão, que regula o acesso à actividade de televisão e o seu exercício (Artigos 71.º a 74.º)	Helena Leitão e Pacheco Ferreira	I 558
2007	DESPORTO	Lei n.º 50/2007, de 31 de Agosto, que estabelece um novo regime de responsabilidade penal por comportamentos susceptíveis de afectar a verdade, a lealdade e a correcção da competição e do seu resultado na actividade desportiva (Artigos 8.º a 13.º)	Jorge Gonçalves	II 713
2008	CONTRATOS PÚBLICOS	Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos (Artigo 464.º)	Tolda Pinto	II 193
2008	PESCA	Lei n.º 7/2008, de 15 de Fevereiro, sobre a pesca nas águas interiores (Artigo 30.º), conjugado com as Bases XVIII e XXII da Lei n.º 2097, de 6.6.59, e os artigos 44.º, 61.º, 65.º e 67.º do Decreto n.º 44 623, de 10.10.62	Palma Ramos	II 651
2008	CORRUPÇÃO	Lei n.º 20/2008, de 21 de Abril, sobre a corrupção no comércio internacional e no sector privado (Artigos 7.º a 9.º)	Carlos Almeida	II 196

Ano do Diploma	Área Temática	Crimes	Autor	Vol. Pág.
2008	DADOS DE COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS	Lei n.º 32/2008, de 17 de Julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/24/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Março, relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações electrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações (Artigo 13.º)	Pedro Verdelho	I 470
2009	CÓDIGO DO TRABALHO	Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho (Artigos 12.º, 82.º; 83.º, 316.º, 324.º, 407.º, 459.º, 543.º a 547.º)	Miguel Carmo	I 867
2009	RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL	Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março, que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (Artigo 43.º)	Tolda Pinto	II 208
2009	AUTORIDADES DE SAÚDE	Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de Abril, que estabelece o regime jurídico da designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridades de saúde (Artigo 16.º)	Tolda Pinto	II 611
2009	DISPOSITIVOS MÉDICOS	Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de Junho, que estabelece as regras a que devem obedecer a investigação, o fabrico, a comercialização, a entrada em serviço, a vigilância e a publicidade dos dispositivos médicos e respectivos acessórios e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2007/47/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Setembro (Artigo 56.º)	Tolda Pinto	II 614
2009	DESPORTO	Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho, que estabelece o regime jurídico da luta contra a dopagem no desporto, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 57/2009, de 4 de Agosto (Artigos 42.º a 47.º)	Jorge Gonçalves	II 727
2009	TRATAMENTO DE DADOS DO SISTEMA JUDICIAL	Lei n.º 34/2009 de 14 de Julho, que estabelece o tratamento de dados referentes ao sistema judicial (Artigos 47.º a 52.º)	Pedro Verdelho	I 476
2009	ESPECTÁCULOS DESPORTIVOS	Lei n.º 39/2009 de 30 de Julho, que estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espectáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança (Artigos 27.º a 35.º e 37.º)	Jorge Gonçalves	II 739
2009	CONTRA-ORDENAÇÕES NO SECTOR DAS COMUNICAÇÕES	Lei n.º 99/2009, de 4 de Setembro, que aprova o regime quadro das contra-ordenações do sector das comunicações (Artigos 11.º e 30.º)	Tolda Pinto	I 575

<b>Ano do Diploma</b>	<b>Área Temática</b>	<b>Crimes</b>	<b>Autor</b>	<b>Vol. Pág.</b>
2009	VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA	Lei n.º 104/2009, de 14 de Setembro, sobre o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica (Artigo 17.º)	Miguel Carmo	I 269
2009	CIBERCRIME	Lei n.º 109/2009, de 15 de Setembro, que aprova a Lei do Cibercrime (Artigos 3.º a 8.º)	Pedro Verdelho	I 505
2009	EXECUÇÃO DAS PENAS	Lei n.º 15/2009, de 12 de Outubro, que aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade (Artigo 146.º)	Tolda Pinto	I 169
2009	ANIMAIS PERIGOSOS	Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de Outubro, que aprova o regime jurídico da criação, reprodução e detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos (Artigos 31.º a 37.º)	Conde Fernandes	I 275